

A aljama mudejar sevilhana na Baixa Idade Média

Renata Vereza*

Resumo: A tradição popular e arquitetônica associa diversas características da metrópole sevilhana medieval a uma grande presença de comunidades muçulmanas remanescentes do período de dominação islâmico (séculos VIII-XIII). Contudo, a documentação cristã dos séculos finais da Idade Média (XIII-XIV), pós conquista cristã, não corroboram essa premissa indicando, por outro lado, a presença de poucos elementos muçulmanos na cidade para os primeiros momentos, não incluso em uma comunidade ordenada e numerosa, e, mesmo passado o primeiro século, número sempre limitado de elementos. Da mesma forma, os indícios documentais para a cidade de Sevilha não permitem afirmar que esta pequena comunidade existente tenha sido sequer importante no cenário da cidade. Assim, essa comunicação pretende explorar estes indícios na tentativa de avaliar a dimensão dessa comunidade e suas relações com a comunidade cristã sevilhana ao longo do século XIII. É também objetivo buscar discutir quais os elementos que poderiam ter levado a construção de uma ideia de intensa presença de indivíduos islâmicos dentro da cidade durante o período baixo medieval e quais as implicações políticas desta presença e desta ideia.

O processo de conquista do território de al-Andaluz durante a Idade Média originou, dentre inúmeras outras realidades, a questão da absorção, ou não, de comunidades muçulmanas ao domínio político dos novos dominadores cristãos. Coexistência inter-religiosa sim, mas não no mesmo nível e com graus de posicionamento diferenciados temporalmente. Assim, as soluções encontradas variam

* Professora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do Translatio Studii e da Rede Proprietas

no tempo e no espaço, e a mesma flutuação é vista em relação ao status dessas comunidades, as quais se convencionou (não sem críticas) chamar de mudéjares.

A questão dos mudéjares é mais bem conhecida no século XV, em geral por ser melhor documentada. Assim, estima-se que a população mudéjar rodaria em torno de 17 a 20 mil membros em Castela neste momento. Mas como seria a situação dessas comunidades ao longo dos séculos anteriores? Como seriam os novos arranjos criados logo após a conquista das suas localidades? Como foi a evolução dessas comunidades até se tornarem as aljamas que conhecemos no XV?

Incapaz de dar uma resposta que atenda a tantos questionamentos, levemos o foco a um ponto mais específico e que permita a delimitação objetiva da questão a ser abordada. Em diversas cidades as aljamas mudéjares chegaram a ser bem organizadas e, inclusive, capazes de influenciar as comunidades de localidades menores. Contudo, não é possível verificar esse nível de organização, nem uma presença tão marcante na cidade de Sevilha, especialmente nas décadas posteriores a sua conquista. O momento dessa conquista também é interessante, quer pelo fato de apontar para modificações essenciais na relação entre mouros e cristãos, tanto no plano das representações destes primeiros, quanto nas práticas cotidianas, quer por Castela já ter conseguido afirmar sua hegemonia em relação ao mundo ibérico.

A história da conquista de Sevilha em 1248, por sua duração e pelas dificuldades apresentadas, se enquadrou dentro de um padrão de ocupação, longe de ser inaugural, que ensejou alguns problemas duradouros. Maior cidade ibérica em meados do século XIII, não somente em termos populacionais, mas também em área edificada, era a capital peninsular do, então debilitado, império norte africano dos almôadas. Objetivo importante, como era de se prever, ofereceu grande resistência, organizadas pelos próprios habitantes da cidade, à conquista cristã.

Depois de longo cerco, enfim, os sevilhanos davam seus primeiros sinais de esgotamento e propuseram uma trégua a Fernando III, pela qual entregariam o alcázar e as rendas da cidade. O rei castelhano, ciente do colapso urbano, não aceitou e os muçulmanos refizeram a oferta somando mais um terço da cidade, sem obter sucesso. Buscando ainda uma solução que permitisse sua permanência, ofereceram o mesmo que antes, mas com metade da cidade, na qual seria construído um muro para separar

cristãos de muçulmanos. A esta última Fernando respondeu que a única proposta que se enquadraria nos seus termos para a cidade era que a entregassem inteira e vazia. Isto é, não aceitava menos que a rendição completa da cidade e a saída de todos os habitantes. Após um longo e penoso cerco, onde parte considerável do reino foi mobilizada e que havia interrompido todos os outros assuntos reais, qualquer proposta parecia insatisfatória ao rei ou não condizente com o esforço empreendido.

Os relatos presentes nas crônicas indicam não somente a intransigência de Fernando, como a falta de opção dos residentes.

“Et desde que el pleyteamiento fue afirmado de todas partes, los moros entregaron al alcaçar de Seuilla al rey Don Fernando; et mando poner luego el don Fernando la su senna ençima de la torre. (...)

Lo moros demandaron plazo al rey para vender sus cosas las non podian leuar, et fue vn mes el que ellos demandaron, et el rey ge lo dio. El plazo conplido...entregaron las llaues de la uilla al rey Don Fernando. Et el rey, a los que por mar quisieron yr, dioles cinco naues et ocho galeas; et a los que por tierra, dioles bestias et quien los guiase et los posiese en saluo.”
(PRIMERA CRÓNICA GENERAL DE ESPAÑA, 1906, P.766/V354V)

No dia 22 de dezembro de 1248, Sevilha foi incorporada ao mundo cristão castelhano. Entregue inteiramente deserta, abandonada, porém, intacta. Pelo menos é o que se pode concluir pelas informações da *Primera Crónica General*. Todos os conflitos e batalhas se deram fora das muralhas. E, apesar do longo cerco e do desespero e necessidades pelas quais seus habitantes passaram, na há registros de que a cidade tenha sofrido algum tipo de destruição, sequer a muralha havia sido atingida. O resultado de uma estratégia militar arriscada e longa, esgotante para ambos os lados, foi a entrega de Sevilha antes de ser destruída por algum combate direto.

Os aspectos envolvidos na conquista de Sevilha levaram a um vazio habitacional que determinou a maneira como a distribuição humana se deu posteriormente no interior da cidade. O repovoamento, não somente de Sevilha, mas de todas as cidades que passaram por este processo de esvaziamento, significou uma reestruturação do espaço ainda mais intensa. Espaços que, até então, eram organizados para servir a um modelo diferente de sociedade e economia, não só no meio urbano, mais especialmente no

âmbito rural, e onde as feições da paisagem se transformaram mais rapidamente. (GONZALEZ JIMENEZ, 1985)

A expansão cristã sobre os território muçulmanos fez com que herdassem uma organização espacial bastante específica, a qual buscam modificar no sentido se ajustá-la a seu modelo, tanto do ponto de vista físico, quanto social e administrativo. Mesmo que estas mudanças se deem em ritmos temporais distintos e variados em relação à coerência interna de cada espaço. (GARCIA DE CORTAZAR, 1985)

Os exemplos da oscilação são muitos. A primeira cidade no século XIII em que se autoriza a permanência consistente de mouros é Hornachos, conquistada em 1234 pela Ordem de Santiago. Na sequência, diversas outras cidades conquistadas seguem o modelo de esvaziamento até a tomada de Córdoba em 1236. Com a queda de Córdoba, muitas vilas próximas se apressam em fazer acordo de entrega e vassalagem em troca da permanência da população, abrindo o tipo de modalidade característica das aljamas andaluzas. Mas, logo em seguida verifica-se já uma variação: em Arjona, 1244, o rei dá permissão a alguns grupos para ficarem, mas manda todos os outros saírem. O mesmo o mesmo volta a acontecer em Jaén em 1246.

Contudo, o enredo que gera a presente reflexão não é a da adaptação dos cristãos ao novo espaço, mas a permanência, ou não, de elementos muçulmanos no interior da cidade. Os poucos diplomas e rápidas passagens em crônicas que mencionam a existência de população muçulmana no interior de Sevilha no período Cristão indicam que sua participação no cenário urbano não era relevante. Contudo, esses mesmos documentos indicam a presença destes elementos já nos primeiros momentos, isto é, quase que concomitante com a ocupação cristã. Esses indícios levantam uma série de questionamentos: Seria possível pensar em permanência de contingentes populacionais muçulmanos? Ter-se-ia permitido a alguns elementos permanecer na cidade, contrariando o acordo de capitulação que previa o esvaziamento da cidade? Se sim, a quem se teria permitido ficar? Se não, de onde provinha essa população muçulmana que aparece nos documentos? E, o mais importante, qual sua importância no novo contexto urbano sevilhano?

Infelizmente as folhas do texto do Repartimiento (1951), documento que estabelece a divisão imobiliária e fundiária após a conquista, referente às pessoas não

nobres estão perdidas, não sendo possível estabelecer a relação proporcional dos novos ocupantes, nem mesmo os cristãos. Mesmo que a probabilidade de encontrar doações feitas neste repartimento diretamente a muçulmanos seja remota, talvez as relações referentes às pessoas comuns pudessem nos dar alguma pista e indicar melhor o perfil da constituição populacional da cidade.

O que podemos aferir neste *Repartimiento* é que a cidade foi dividida em 24 paróquias ou *collaciones* pelas quais foram distribuídas as propriedades. A partir destes dados e de outras doações, Julio González (1951) estimou o contingente de repovoadores em 24 mil pessoas, cifra esta que é considerada desproporcional por Manuel González Jimenez (1987), que propõe algo em torno de 15 mil novos habitantes. Uma análise mais ponderada tende a considerar que cifra deve ter-se aproximado da segunda proposta, pois Julio González realiza seu cálculo tendo por base famílias bastante numerosas (o que não pode ser verificado) e não leva em consideração que várias destas famílias não chegam a se deslocar para Sevilha (o que nos é indicado pela necessidade de posteriores repartimentos em função do absenteísmo).

O repovoamento das áreas conquistadas não era fácil. Ao mesmo tempo em que a Coroa tinha que atrair novos contingentes para a localidade com oferta de propriedades, tinha que conciliar a premiação daqueles que haviam ajudado na conquista. Tudo isto deveria ser realizado dentro de um plano coordenado, o Repartimento, que tinha o intuito de evitar maiores conflitos. A atração de novos povoadores não era em si tarefa fácil, pois a densidade demográfica medieval não tendia a ser considerável e os custos de deslocamento nem sempre convidativos. Algumas comunidades nortenhas chegaram a ter problemas fiscais dado ao despovoamento de certas localidades em função do fluxo migratório em direção à Andaluzia. (GONZALEZ JIMENEZ, 1999)

A *Crónica de Alfonso X* demonstra que a captação populacional era um problema concreto. Na campanha contra Jerez, anos mais tarde, Alfonso optou por um acordo de vassalagem em lugar de exigir sua desocupação, como ocorreu com Córdoba e Sevilha, pois “*que era la villa tan grande que non podia aver christianos que gela poblases luego, ca la çibdat de Seuilla non era avn bien poblada...*” (CRÔNICA DE ALFONSO X. 1875:13). Essa situação também é bem evidenciada em Sevilha pelos

sucessivos repartimentos realizados das propriedades abandonadas ou que nunca foram ocupadas por seus donos. Chegando-se ao período de acentuado absenteísmo vivido pela cidade entre 1275-1280 com a guerra civil. O status de capital e a constante presença de Alfonso X durante seu reinado, sem dúvida contribuíram para a manutenção da ocupação, mesmo que oscilante, da cidade. A vizinha Córdoba, contudo, conhece o quase total abandono, precisando realizar o movimento de repartimento e captação novamente.

De qualquer forma, para o caso de Sevilha, o número de repovoadores era, em muito, inferior ao dos antigos habitantes. Isto é importante, na medida em que podemos inferir certo vazio populacional no interior da cidade. Algumas áreas no setor NO da cidade, mesmo que nunca densamente povoada no período muçulmano, se tornaram quase desertas, dando lugar, mais que nunca, às áreas de cultivos, como hortas e pomares destinados ao consumo diário. A dificuldade em relação ao repovoamento pode ser sentida pela doação feita ao concelho por Alfonso em 1253, de todas as casas abandonadas na cidade para que fosse feito outro repartimento, (DIPLOMATARIO, 1991, doc 88) o que volta a ser feito em 1255. (DIPLOMATARIO, 1991, doc 155) Mais tarde, em 1263, Alfonso envia novamente carta ao concelho falando da existência de muitas casas abandonadas e ordenando um inventário destas para permitir redistribuição. (DIPLOMATARIO, 1991, doc 270)

Assim, mesmo que seja possível pensar em algum tipo de permanência de elementos muçulmanos na transição da cidade do poderio islâmico para a esfera cristã, coisa que as fontes também não induzem a pensar, este não seria expressivo, nem relevante, dado ao problema do sub-povoamento, dos quais estas mesmas fontes fazem referência freqüentemente. Como não há como precisar se os muçulmanos que são encontrados no interior da cidade são remanescentes ou se vieram após a conquista, a segunda hipótese, portanto, é passível de ser pensada como a mais provável pela insistência com que as fontes narram o esvaziamento da cidade.

Há que se considerar que as condições de permanência não eram em nada convidativas. Isso pode ser afirmado não somente pela ausência de incentivo para tal, mas, e indicando situação exatamente contrária pela elaboração de situações concretas

acentuadamente desestimulantes. Em 1252, Alfonso X, concede um privilégio à Igreja de Sevilha onde:

“E do más a la Iglesia de Seuilla, por ruego de don Felipe, mio hermano, electo desse mismo lugar, todas las mesquitas que son en Seuilla, quantas fueron en tiempos de moros, que las aya libres et quitas pora siempre por iuro de heredat, fueras tres mezquitas que son agora sinagogas de los judios” (DIPLOMATARIO, 1991, doc04)

Aqui se tem uma situação interessante: nenhuma das mesquitas da cidade, que eram muitas, ficam em mãos da população muçulmana ai residente e, situação de alguma forma afrontosa, três delas ainda são destinadas à comunidade judaica. Como documentos da mesma época já testam a presença de muçulmanos na cidade, não é possível pensar que esta circunstancia se deva a ausência destes ou à proibição de existência ou manutenção de qualquer culto de outra religião, que não a cristã. Parece mais corroborar a proposição acima, de estabelecimento de condições pouco convidativas à permanência, indiscutivelmente com ênfase mais acentuada em relação à comunidade mudéjar. Dito isto em um momento, destarte todas as proibições e restrições legais que logo começariam a ser estabelecidas, onde a conservação de comunidades muçulmanas e judaicas, nisto incluso o exercício de sua religião, não era oficialmente proibida. É possível qualificar este momento com um período onde a marginalização das comunidades não cristãs está se acentuando, mas ainda não como um período de exclusão. Somando-se a isso as poucas referências documentais, fazem suspeitar de uma comunidade mínima, pouco importante e de atuação bastante reduzida, mas não inexistente. Mas enfim, o que é possível afirmar sobre a comunidade mudéjar de Sevilha no século XIII?

O cronista da época moderna Ortiz de Zuñiga (1795), faz referencia a existência de uma mouraria ainda no período medieval, na confluência das paróquias de *San Salvador*, *San Pedro*, *Santa Catalina* e *San Isidro*, que era também chamada de *Adarvejo* e que algumas mesquitas foram destinadas à comunidade. Não é implausível pensar que ao fim da Idade Média alguma concentração populacional mudéjar possa ter gerado um mouraria. Diversos autores insistem na importância desta comunidade no século XV, ocupando um setor importante das indústrias urbanas, sendo considerado como grupo ativo na economia e na sociedade castelhana. Ana Echevaria (2001)

considera que o interesse pelo controle de uma aljama cresce em proporção a sua importância em um determinado setor produtivo, sendo por isso mesmo, segundo ela, a aljama mudéjar sevilhana de realengo.

Isabel Montes (2000) segue a pauta proposta por Zuñiga e crê em uma mouraria formada logo de início, baseando-se também em um documento de 12XX, (doc 84), que menciona a presença de mouras no bairro de San Pedro. Ainda seguindo o cronista, acredita que a mesquita localizada onde depois será a igreja do Salvador fica de posse da comunidade. O que seria um dado importante, uma vez que esta era a antiga mesquita aljama pré-almoada. Crê também, que é possível imaginar que, além dos que ficaram, alguns podem ter vindo com os cristãos. No entanto, estas afirmações, muitas vezes, acabam por se conformar mais como suposições, uma vez que, carecem de comprovação.

Manuel Gonzáles também contesta a afirmação de que existia uma mouraria, o que significaria não somente uma relativa concentração populacional, como também certa relevância numérica desta população (MANUEL GONZALEZ, 1987). Seria razoável pensar que uma mouraria tivesse se formado com o tempo e com o aumento de migração mudéjar para a cidade. Contudo, dois séculos mais tarde, no tempo dos Reis Católicos, ainda não há referências concretas a existência de um bairro muçulmano em Sevilha como o descrito por Zúniga. Em documento endereçado exclusivamente à Sevilha, onde dizem que os mouros residentes que quisessem se converter ao cristianismo teriam direitos iguais aos dos cristãos, não só não fazem referência alguma a uma mouraria, como ainda abordam a questão como se vivessem espalhados pelos vários bairros da cidade. (PORRAS ARBOLEDAS, 1992)

As pouquíssimas notícias sobre os membros desta comunidade ratificam a posição acima, não permitindo inferir nenhum tipo de concentração. O que tem-se de concreto então para esta comunidade na segunda metade do século XIII? Sabemos que na *collación* de *San Pedro* havia a residência de “Mahomat el trompero” que era *alfaqui* e alcaide dos mouros, ao lado da residência de outro muçulmano também designado como Mahomat. (BORRERO FERNANDEZ, 1995, doc 4) A existência de um alcaide de mouros sugere a existência de uma comunidade, mesmo que pequena, mas o fato de o alcaide residir neste local não é evidência incontestada da residência de outros

muçulmanos. A data do documento, 1253, indica também que a comunidade se estabelece logo nos primeiros momentos, mas não dá indicações de qual é sua origem. Da mesma forma, 1252, um privilégio de Alfonso X dá as mesmas isenções fiscais que havia dado aos vizinhos de Sevilha aos mouros residentes que fossem livres. (BARRERO FERNANDEZ, 1995, doc 08). Trinta anos depois, em 1281, vemos que residia na *collación* de Santa Maria, portanto em local distinto do citado anteriormente, um dom Aly, (REPARTIMIENTO, 1951: 371) e nesta mesma década, há registro de mouros cativos na cidade. (BARRERO FERNANDEZ, 1995, doc 52)

Por contraste, quando se refere à comunidade de mouros de Córdoba os documentos a classificam como *aljama*. É o que podemos ver visto em um diploma de 1254, onde Alfonso X manda que os mouros da *aljama* cordobesa paguem dízimo pelas propriedades compradas ou arrendadas dos cristãos (DIPLOMATARIO, 1991, doc125). Ainda nesse ano, Alfonso determina que os mouros da *aljama* de Córdoba paguem um tributo anual de 500 maravedis para os reparos da muralha. (DIPLOMATARIO, 1991, doc119) Um ano depois, em 1255, o rei promulga outro documento, com as mesmas disposições referentes ao pagamento do dízimo de propriedades em Sevilha, contudo, faz referência somente “a los morros de Sevilla”, sem usar o termo *aljama*. Longe de ser uma simples imprecisão da documentação, este diploma é bastante preciso ao estabelecer para o caso dos judeus, que a determinação vale somente para as propriedades situadas fora de seu bairro. (DIPLOMATARIO, 1991, doc158)

Assim, e de forma geral, a pesar da presença mudéjar ser mais que atesta no interior da cidade de Sevilha não há indícios que permitam dizer que esta comunidade tenha sido numerosa, ou ao menos tenha tido alguma relevância no contexto urbano. Mesmo que tal conclusão seja a princípio frustrante, uma vez que os aspectos arquitetônicos pretensamente islâmicos saltam aos olhos quando miramos a cidades, a documentação dos três séculos finais da idade média parecem corroborar essa hipótese. Da mesma forma, não há nenhum indício de que estas comunidades fossem fortes no reino castelhano e que a sua quase ausência em Sevilha tenha sido uma característica singular. Não há interditos específicos para a cidade, mas sim parece acompanhar o movimento para toda a região. Há que se procurar em outro lugar a tradição de influência árabe.

Referências:

BORRERO FERNANDEZ, M. *Sevilla ciudad de privilegios: escritura y poder a través del privilegio rodado*. Universidad de Sevilla, 1995.

Crónica de Alfonso X. Ed. ROSELL, C., BAE 66. Madrid, 1875.

Diplomatario andaluz de Alfonso X. Ed. Manuel González Jiménez. Sevilla: El Monte/Caja de Huelva y Sevilla, 1991, doc. 38.

ECHEVARRÍA ASUAGA, Ana. “Las aljamas mudéjares castellanas en el siglo xv: redes de poder y conflictos internos”. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, H. Medieval*, t. 14, 2001, págs. 93-112, p 97.

GARCIA DE CORTAZAR, J. A. *Organización Social del Espacio en la corona de Castilla en los siglos VIII a XV*. Barcelona: Ariel, 1985, pp. 40.

GONZALEZ JIMÉNEZ, Manuel. “Andaluzia Bética”, in: J. A. Garcia de Cortázar. *Organización social del espacio en la corona de Castilla en los siglos VIII al XV*. Barcelona: Ariel, 1985, pp 163-194.

_____. *Sevilla en tiempos de Alfonso X*. Sevilla: Ayuntamiento de Sevilla, 1987.

_____. *Alfonso X*. Burgos: La Olmeda, 1999.

MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel. “Mudéjares y judíos em la Sevilla del siglo XIII”, in: GONZALEZ GIMENEZ, M. (org), *Sevilla 1248. Anales del congreso Internacional Conmemorativo del 750 aniversario de la conquista de ciudad de Sevilla por Fernando III, Rey de León y Castilla*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Aceres, 2000, pp.467-498.

ORTIZ DE ZUÑIGA. *Anales eclesiasticos y seculares de la muy noble y muy leal ciudad de Sevilla*. Madri: Imprenta Real, Ed. de 1795.

PORRAS ARBOLEDAS, Pedro. “Documentos cristianos sobre mudéjares de andaluzia em los siglos XIV e XV”. *Anaquel de Estudios Arabes*, III, 1992, pp. 223-240.

Primera crónica general de España. Ed. Ramon Menendez Pidal, Madrid: Bailly-Bailliere Et Hijos, Editores, 1906.

REPARTIMIENTO DE SEVILLA. Ed. y estudio por Julio González. Madrid: Colegio Oficial de Aparejadores y arquitectos Técnicos de Sevilla, 1951.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL